



A Santa Sé

DISCURSO DO PAPA JOÃO PAULO II AO QUARTO GRUPO DE BISPOS INDIANOS DE RITO LATINO POR OCASIÃO DA VISITA "AD LIMINA APOSTOLORUM"

3 de Julho de 2003

*Queridos Irmãos Bispos*¹. É na graça e paz de nosso Senhor Jesus Cristo que vos dou as cordiais boas-vindas, a vós Bispos das Províncias Eclesiásticas de Bangalore Hyderabad e Visakhapatnam, e que faço minha a saudação de São Paulo: "Dou graças a Deus por meio de Jesus Cristo, a respeito de vós, porque a fama da vossa fé se espalhou pelo mundo inteiro" (*Rm* 1, 8). Agradeço em particular ao Arcebispo D. Pinto, os seus bons votos e os seus cordiais sentimentos, que me transmitiu em vosso nome e que retribuo calorosamente, enquanto vos asseguro as minhas orações, por vós e pelas pessoas que estão confiadas ao vosso cuidado. A vossa visita *ad limina Apostolorum* exprime a profunda comunhão de amor e de verdade que une as Igrejas particulares da Índia ao Sucessor de Pedro e aos seus colaboradores no serviço da Igreja universal. Assim, ao virdes para "ver Pedro" (*Gl* 1, 18), confirmais a vossa "unidade na mesma fé, esperança e caridade, reconhecendo e valorizando cada vez mais a imensa herança da riqueza espiritual e moral que toda a Igreja, unida ao Bispo de Roma... espalhou pelo mundo inteiro" (*Pastor bonus*, apêndice I, 3)². Dar testemunho de Jesus Cristo é "o serviço supremo que a Igreja oferece aos povos da Ásia" (*Ecclesia in Asia*, 20). Vivendo com numerosas pessoas que ainda não conhecem Cristo convence-nos cada vez mais da necessidade do apostolado missionário. *A novidade radical da vida trazida por Cristo e vivida pelos seus discípulos desperta em nós a urgência da actividade missionária* (cf. *Redemptoris missio*, 7). Isto exige a proclamação explícita de Jesus como Senhor: um testemunho corajoso, que se fundamenta no seu mandato: "Ide, pois, e fazei com que todas as nações sejam meus discípulos" (*Mt* 28, 19), e é corroborado pela sua promessa: "Eu estou sempre convosco" (*Mt* 28, 20). Efectivamente, é na fidelidade à tríplice missão de Cristo, como Sacerdote, Profeta e Rei, que todos os cristãos, fiéis à sua dignidade baptismal, têm o direito e o dever de participar de maneira activa nos esforços missionários realizados pela Igreja (cf. *Redemptoris missio*, 71). O apelo a uma nova evangelização e a um renovado compromisso missionário, que pude dirigir a toda a Igreja, ressoa de forma igualmente clara, tanto para as vossas antigas comunidades cristãs, como para as mais novas. Enquanto a evangelização inicial dos não-cristãos e a proclamação constante de Jesus aos baptizados realçam os diferentes aspectos da mesma Boa Nova, ambas derivam do firme compromisso em ordem a fazer com que Cristo seja cada vez mais conhecido e amado. Esta obrigação encontra a sua origem sublime no "amor fontal" do Pai, que se manifestou na missão do Filho e do Espírito Santo (cf. *Ad gentes*, 2). Deste modo, todos os

cristãos são atraídos ao amor premente de Cristo, que "não podemos deixar de anunciar" (*Act 4, 20*) como o manancial da esperança e da alegria que nos distingue.³ A correcta compreensão da relação entre a cultura e a fé cristã é vital para a eficácia da evangelização. No vosso subcontinente indiano, contaís com culturas ricas de tradições religiosas e filosóficas. Neste contexto, vemos como é absolutamente essencial a proclamação de Jesus Cristo como o Filho encarnado de Deus. É nesta compreensão da unicidade de Cristo como a segunda Pessoa da Santíssima Trindade, plenamente Deus e plenamente homem, que a nossa fé deve ser anunciada e abraçada. *Qualquer teologia da missão que omitisse a exortação à conversão radical a Cristo e negasse a transformação cultural que esta conversão comporta, sem dúvida faria uma interpretação errónea da realidade da nossa fé, que é sempre um novo começo na vida daquele que é "o Caminho, a Verdade e a Vida" (Jo 14, 6).* A este propósito, confirmamos que o diálogo inter-religioso não substitui a *missio ad gentes*, mas faz parte da mesma (cf. Congregação para a Doutrina da Fé, *Dominum Iesus*, 2). De modo semelhante, deve observar-se que *as explicações relativistas do pluralismo religioso, que afirmam que a fé cristã não tem um valor diferente dos outros credos, na realidade desvirtuam o cristianismo do seu núcleo cristológico, que o define: a fé que se torna alheia ao nosso Senhor Jesus, como o único Salvador, deixa de ser cristã e não é mais teológica.* Uma representação ainda mais errónea da nossa fé tem lugar quando o relativismo leva ao sincretismo: trata-se de uma "idealização espiritual" artificial, que manipula e, por conseguinte, desvirtua a natureza essencial, objectiva e reveladora do cristianismo. Aquilo que faz com que a Igreja seja missionária por sua natureza é, precisamente, a índole definitiva e completa da Revelação de Jesus Cristo como o Filho de Deus (cf. *Dei Verbum*, 2). Este é o fundamento da nossa fé. É isto que torna o testemunho cristão credível. Com alegria e humildade, havemos de aceitar que "nós, que recebemos a graça de acreditar em Cristo, revelador do Pai e Salvador do mundo, temos a obrigação de mostrar a profundidade a que pode levar o relacionamento com Ele" (*Novo millennio ineunte*, 33).⁴

Queridos Irmãos, os vossos relatórios quinquenais põem em grande evidência a presença do Espírito que vivifica a dimensão missionária da vida da Igreja nas vossas Dioceses. Apesar dos obstáculos encontrados pelas pessoas especialmente pelas mais pobres que desejam abraçar a fé cristã, o número dos baptizados adultos são numerosos numa boa parte da vossa região. Iguamente encorajadores são a elevada percentagem dos católicos que assistem às Missas dominicais e o crescente número de leigos que participam na Liturgia. Estes exemplos da pronta aceitação do dom divino da fé também indicam a necessidade de um diligente cuidado pastoral nas nossas comunidades.

Correspondendo à aspiração de um novo ímpeto na vida cristã, afirmei que temos o dever de permanecer firmemente centrados no programa que já se encontra no Evangelho e na Tradição viva, e que tem como núcleo o próprio Cristo (cf. *ibid.*, 29). O motivo pelo qual devemos desenvolver iniciativas pastorais adequadas às circunstâncias sociais e culturais das nossas comunidades, e contudo solidamente enraizadas na unicidade de Cristo, é óbvio: "Não nos pregamos a nós mesmos, mas a Cristo Jesus, Senhor. Quanto a nós, é como vossos servos que nos apresentamos" (*2 Cor 4, 5*). *Longe de ser uma questão de poder de controlo, os programas eclesiais de evangelização e de formação são desenvolvidos, na consciência de que "cada pessoa tem o direito de ouvir a Boa Nova de Deus, que se revela e se dá em Cristo" (Ecclesia in Asia, 20).* Embora haja numerosos sinais de uma vida eclesial dinâmica nas vossas Províncias, contudo subsistem alguns desafios. Uma maior estima pelo Sacramento da Reconciliação ajudará a preparar espiritualmente as vossas comunidades para a tarefa de "fazer tudo o que lhes for possível com vista a dar testemunho da reconciliação e a torná-la presente no meio do mundo" (*Reconciliatio et paenitentia*, 8). De modo semelhante, o nosso ensinamento acerca do matrimónio, como um sinal sagrado da fidelidade perene e do amor altruísta de Cristo pela sua Igreja, indica o valor inestimável de um programa de preparação integral para as pessoas que estão prestes a abraçar este sacramento e, através delas, para a sociedade em geral. Além disso, enquanto atraem milhares de peregrinos das outras religiões, as festividades e as devoções associadas aos numerosos santuários dedicados a Nossa Senhora, na vossa região,

devem ser solidamente inseridas na vida litúrgica da Igreja, se quiserdes que elas se tornem uma autêntica experiência cristã.⁵ Num mundo desfigurado pela divisão, a Igreja como sinal e instrumento da comunhão de Deus com a humanidade (cf. *Lumen gentium*, 1) constitui uma poderosa portadora da unidade e da reconciliação que ela tem em si mesma. Como Bispos, chamados a manifestar e a preservar a Tradição apostólica, estais unidos numa comunhão de verdade e de amor. Individualmente, sois a fonte e o fundamento visíveis da unidade nas vossas Igrejas particulares, que foram constituídas segundo o modelo da Igreja universal. Assim, enquanto corresponde à verdade afirmar que o Bispo representa a sua própria Igreja, é também necessário recordar que, juntamente com o Papa, todos os Bispos representam toda a Igreja no vínculo da paz, do amor e da unidade (cf. *ibid.*, 23).

A propósito disto, *o Bispo nunca de ve ser considerado como o mero delegado de um grupo social ou linguístico em particular, mas há-de ser sempre reconhecido como Sucessor dos Apóstolos, cuja missão provém do Senhor*. Rejeitar um Bispo, quer individual quer comunitariamente, é sempre uma transgressão da comunhão eclesial e, desta forma, constitui um escândalo para os fiéis e um testemunho negativo para os seguidores das outras religiões. Todo o espírito de antagonismo ou de conflito que sempre fere o Corpo de Cristo (cf. *1 Cor* 1, 12-13) deve ser rejeitado e substituído pelo amor prático e concreto por cada pessoa, que deriva da contemplação de Cristo.⁶ Dou graças a Deus pelas numerosas indicações de desenvolvimento e de maturidade nas vossas Dioceses. Além de depender da dedicação muitas vezes altruísta dos vossos sacerdotes, religiosos, religiosas e catequistas, e da generosidade do vosso povo, este desenvolvimento depende também do ministério dos missionários e da generosidade financeira dos benfeitores ultramarinos. A "união de intenções e de aspirações, em ordem a promover o bem comum e o bem das Igrejas particulares" (cf. *Christus Dominus*, 36), que tem sido promovida desde os tempos apostólicos, constitui uma eloquente manifestação da natureza da Igreja como comunhão. Além disso, é também verdade que *as Igrejas particulares, inclusivamente as que vivem nos países em vias de desenvolvimento, deveriam procurar construir os seus próprios recursos, para promover a evangelização local*, fundando centros pastorais e instituições de educação e de caridade. Com esta finalidade, encorajo-vos a dar continuidade aos notáveis progressos que já alcançastes juntamente com os leigos e em colaboração com os Institutos religiosos (cf. *Código de Direito Canónico*, cân. 222). Quanto a vós, animo-vos a dar um exemplo inquestionável através da vossa imparcialidade na gestão dos recursos conjuntos da Igreja (cf. *ibid.*, cânns. 1276 e 1284). Deveis assegurar que a administração "dos bens... destinados a todos" (*Sollicitudo rei socialis*, 42) não seja desvirtuada pelas tentações do materialismo ou do favoritismo, mas seja sabiamente empreendida, em resposta às necessidades espirituais e materiais dos pobres.⁷ Queridos Irmãos, é com particular alegria que compartilho estas reflexões convosco, nesta festividade do glorioso Apóstolo S. Tomé, tão venerado pelo vosso povo. Quero assegurar-vos, uma vez mais, as minhas orações e o meu apoio, enquanto continuais a apascentar com amor os rebanhos confiados ao vosso cuidado. Unidos na vossa proclamação da Boa Nova salvífica de Jesus Cristo, renovados no zelo dos primeiros cristãos e inspirados pelo exemplo firme dos Santos, vamos em frente com esperança! Neste Ano do Rosário, oxalá Maria, modelo de todos os discípulos e Estrela luminosa da Evangelização, seja a vossa guia, no momento em que "procurais fazer o que Jesus vos diz" (cf. *Jo* 2, 5). Enquanto vos confio à sua protecção maternal, concedo-vos cordialmente a minha Bênção apostólica, a vós e aos sacerdotes, religiosos, religiosas e fiéis leigos das vossas Dioceses.